

PANORAMA INTERNACIONAL

v. 1, nº 3 | panoramainternacional.fee.tche.br

FEF

MIGRAÇÕES: PARADOXOS DO MUNDO GLOBALIZADO

▶ **ARTIGO**
Percepção sobre a
imigração estrangeira
no Rio Grande do Sul:
três momentos
históricos
| p.26

▶ **ENTREVISTA**
Deisy Ventura
Migrações
internacionais e
seus fluxos de
contradições
| p.18

▶ **ARTIGO**
Os novos
trabalhadores
imigrantes: o
“sonho brasileiro”
| p.31

Expediente

PANORAMA INTERNACIONAL FEE

panoramainternacional.fee.tche.br

panorama@fee.tche.br

Panorama Internacional FEE é uma publicação temática trimestral sobre as interações do Rio Grande do Sul no cenário global.

Conselho Editorial:

Fernando Maccari Lara (Editor)

Bruno Mariotto Jubran

Cecília Rutkoski Hoff

Ricardo Fagundes Leães

Robson Coelho Cardoch Valdez

Tomás Amaral Torezani

Vancelei Zanin

Revisão: Elen Azambuja, Mateus da Rosa Pereira e
Tatiana Zismann

Revisão bibliográfica: Tamini Nicoletti e
Leandro de Nardi

Jornalista responsável: Gisele Reginato

Projeto gráfico e diagramação: Laura Wottrich
Fotografia de capa: adaptado de Xomiele/Flickr

As opiniões expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretora Administrativa: Nóra A. Gundlach Kraemer

Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

www.fee.rs.gov.br



► SUMÁRIO

Editorial
página 4

Migração internacional
contemporânea: principais
processos

Jaime Carrion Fialkow
página 8

O discurso predominante sobre a
guerra civil síria como fator
agravante no problema dos
refugiados

Bruno M. Jubran e Ricardo F. Leães
página 12

Migrações internacionais e seus
fluxos de contradições

Deisy Ventura
página 18

Percepção sobre a imigração
estrangeira no Rio Grande do Sul:
três momentos históricos

Álvaro Klafke
página 26

Os novos trabalhadores imigrantes:
o “sonho brasileiro”

Iracema Castelo Branco
página 31

Migrações globais: um constante desafio para a comunidade internacional

Robson Valdez



Pesquisador em Relações
Internacionais da FEE
robson@fee.tche.br

O **Panorama Internacional FEE** traz ao debate, em sua terceira edição, o tema das migrações internacionais. O fenômeno das migrações humanas tem sido recorrente no processo evolutivo das sociedades. Suas dimensões, suas causas e seus efeitos encontram-se na seara da política, da economia, da religião, do histórico das mudanças climáticas, etc. A complexidade da questão é de extrema relevância para o entendimento de outros fenômenos históricos, políticos, econômicos e sociais. Como entender, por exemplo, a formação dos Estados nacionais e de seus sistemas políticos e econômicos ao longo da história sem levar em consideração o papel dos fluxos migratórios no contexto de todos esses processos?

Dada a complexidade inerente à dinâmica própria dos movimentos migratórios, atribuir a esses fenômenos o rótulo de “crise” parece ser redundante na medida em que as migrações se configuram em um desafio cotidiano para os países. Dessa forma, tem-se a impressão de que o potencial de crise está inversamente relacionado à capacidade dos Estados de lidar com o influxo de estrangeiros em territórios nacionais. Por outro lado, tem-se a percepção de que as causas, muitas vezes, se relacionam com o fracasso dos Estados em proverem as condições para a permanência de seus cidadãos em sua terra natal. Assim, levando-se em consideração que as políticas públicas dos Estados estão cada vez mais condicionadas às expectativas positivas dos investidores internacionais em relação à gestão de suas contas públicas nacionais, a adoção de políticas migratórias pelos países tem o desafio, dentre muitos outros, de se enquadrar no escopo econômico há muito tempo designado à atração dos fluxos internacionais de capitais.

Nos dois extremos dessa problemática, país natal e país receptor, evidenciam-se subprodutos incontestáveis do sistema capitalista no qual a economia do planeta está inserida: os perdedores e os ganhadores. Nesse sentido, tem-se observado que a divisão internacional do trabalho, que há muito tempo cristalizou o papel de cada país dentro do sistema econômico global, vem sendo paulatinamente reconfigurada pela pulverização dos processos produtivos em escala mundial, naquilo que se convencionou chamar de cadeias globais de valor.

Os países centrais que já alcançaram elevados níveis de desenvolvimento econômico e social para suas populações, muitas vezes à custa da pilhagem e do colonialismo de povos da periferia global (Ásia, América Latina e África), buscam manter o bem-estar social “conquistado”. Já os países periféricos, detentores mundiais de matérias-primas estratégicas, seguem, inercialmente a passos lentos, e em condições totalmente distintas, o caminho traçado pelos campeões do capitalismo global com o intuito de também assegurar algum bem-estar econômico e social aos seus nacionais. Dessa forma, essa interdependência econômica acentua os graus de dependência e vulnerabilidade entre os países e consolida canais de transmissão que viabilizam, por exemplo, a construção de pontes migratórias Norte-Norte, Sul-Sul e Sul-Norte.

Ao tratar da temática migratória no contexto internacional, também é

comum atribuir às guerras ou à emergência de conflitos étnico-religiosos um peso crucial para entender a intensidade e o direcionamento dos fluxos migratórios. Em outros casos, eventos climáticos extremos (terremotos, *tsunamis*, desertificação de áreas agricultáveis, secas prolongadas, etc.) são apontados como força motriz de grandes migrações. No entanto, essa temática demanda uma análise política que insira essas variáveis em uma abordagem sistêmica que dê conta das complexas disputas interestatais por recursos de poder no âmbito do sistema internacional. Adicionalmente, e de forma complementar, essa análise deve levar em consideração, também, as contradições do sistema capitalista que se potencializam à medida que o processo de globalização se intensifica.

No último ano, o desafio da União Europeia frente à explosão do número de imigrantes internacionais que chegaram às fronteiras de seus países-membros reacendeu a discussão sobre os fluxos migratórios internacionais. Em 2015, muitos dos imigrantes que fugiam dos conflitos na Síria e no continente africano buscaram asilo nos países europeus. O envolvimento direto dos Estados Unidos e das potências europeias em grande parte desses conflitos os colocou no centro do debate como atores-chave no equacionamento da crise dos refugiados.

No Brasil, essa discussão já vinha sendo feita pelas autoridades federais desde 2010, quando o País passou a receber o influxo de imigrantes haitianos

que deixaram seu país após a ocorrência de um grande terremoto naquele mesmo ano. Com a eclosão da Guerra Civil na Síria em 2011, o Brasil também passou a receber refugiados sírios em território nacional.

Tanto no Brasil quanto na Europa, a discussão sobre os refugiados provocou debates sobre a responsabilidade dos países de acolherem ou não essas pessoas. No cerne das argumentações, estão: os impactos do influxo migratório nos mercados de trabalho dos países receptores; a pressão desse influxo migratório sobre o sistema de bem-estar social dos estados acolhedores; além de questões xenófobas, como o impacto cultural e religioso do estrangeiro sobre as sociedades locais.

No Rio Grande do Sul, estado da Federação com grande influência estrangeira na sua formação cultural,

econômica e social (portugueses, escravos africanos, italianos e alemães), a questão migratória ganhou relevância pelo fato de o Estado ter-se tornado polo de atração de mão de obra haitiana que entra no Brasil pelo Estado do Acre. Além dos haitianos, é comum encontrar imigrantes africanos que buscam oportunidades de emprego e renda no Rio Grande do Sul.

Assim, considerando-se a complexidade e a contemporaneidade dessa temática nos âmbitos internacional, nacional e local, o **Panorama Internacional FEE** traz esse olhar sistêmico sobre o atual cenário das migrações internacionais e suas interações globais nos campos da economia e da geopolítica, assim como sobre o papel do Brasil diante desse desafio. Mais do que encontrar respostas e apontar soluções para essa



Fotografia: TW Collins/Flickr

questão, esta edição visa à problematização desse tópico, que pode ser analisado a partir das mais variadas perspectivas.

O pesquisador e economista **Jaime Carrion Fialkow** faz, no primeiro texto da publicação, uma leitura preliminar sobre os principais processos pertinentes à migração internacional nos dias atuais. Com base nos dados de agências das Nações Unidas que lidam com os fluxos migratórios internacionais, seu texto elenca as principais variáveis em cada um dos fluxos migratórios sugeridos em sua pesquisa. No segundo artigo, os pesquisadores em Relações Internacionais **Ricardo Fagundes Leães** e **Bruno Mariotto Jubran** analisam a variável central da atual crise dos refugiados na Europa: a guerra civil na Síria. Fugindo de abordagens dicotômicas que buscam identificar as forças do bem e do mal, os pesquisadores lançam luz sobre a complexa teia de conflitos de interesses geopolíticos que envolvem uma gama variada de atores internacionais na região do Oriente Médio. Já no terceiro trabalho desta edição, a economista e pesquisadora **Iracema Keila Castelo Branco** trata essa temática sob uma perspectiva nacional, investigando o impacto do recente fluxo migratório internacional dos últimos cinco anos sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul. No quarto e último artigo, o pesquisador e historiador **Álvaro Antônio Klafke** analisa, em três momentos históricos distintos, a percepção da imprensa sobre

as discussões que envolvem os influxos migratórios no Rio Grande do Sul.

Por fim, o **Panorama Internacional FEE** entrevista a Professora Doutora do Curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo Deisy Ventura. A partir de seu vasto currículo de pesquisas em migrações humanas internacionais, Deisy Ventura expõe suas impressões sobre essa relevante temática internacional, analisando o posicionamento dos principais atores internacionais, assim como a postura do Brasil frente a esse desafio. **P**

Migração internacional contemporânea: principais processos

Jaime Carrion Fialkow



Pesquisador em
Economia da FEE
jaime@fee.tche.br

A migração sempre fez parte das sociedades humanas. A mobilidade e a capacidade de adaptação a distintos ambientes são marcas registradas da nossa história evolutiva. A International Organization for Migration, da Organização das Nações Unidas (ONU)¹, estima haver em torno de um bilhão de migrantes no mundo, cerca de 230 milhões vivendo fora dos seus países de origem (migrantes internacionais). Mais de 10% da população dos países desenvolvidos é estrangeira, proporção de 1,6% nos países periféricos. Em números absolutos, são 135 milhões de migrantes internacionais vivendo em países desenvolvidos e 95 milhões em países periféricos.

O aumento das desigualdades entre países ricos e pobres durante o século XX, a evolução nas tecnologias de transporte e a globalização sugerem que migrações internacionais estariam expandindo-se rapidamente. Ainda que isso tenha ocorrido em termos absolutos, a proporção de migrantes internacionais em relação à população mundial é baixa e tem aumentado pouco, de 2,9% para 3,2% entre 1990 e 2013, segundo dados da ONU². São limitantes os custos e as barreiras associados à migração (financeiros, de informação, culturais e sociais) e as políticas restritivas dos Estados Nacionais, que aumentam esses custos e diminuem os benefícios potenciais (restringindo o acesso à vida econômica e social). A complexidade dos movimentos,

1 NAÇÕES UNIDAS (ONU). *International Migration Report 2013*. New York, 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/migrationreport2013/Full_Document_final.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

2 NAÇÕES UNIDAS (ONU). *International Migration Report 2013*. New York, 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/migrationreport2013/Full_Document_final.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

porém, é crescente; podendo-se definir, aqui, quatro grandes processos: uma pressão migratória dos países em desenvolvimento para países desenvolvidos (migração Sul-Norte); a maior mobilidade de uma elite global entre países desenvolvidos e redes globais, fruto do enriquecimento e da complexidade produtiva nessas sociedades (Norte-Norte); a mobilidade entre países em desenvolvimento (Sul-Sul); e, por fim, a consolidação e o aumento do número de refugiados.

A migração do Sul para o Norte global é determinada, em grande parte, pela maior renda e pela condição de vida proporcionada nos países desenvolvidos. A possibilidade de ganhar para além da subsistência, em moedas fortes, permite ao migrante enviar dinheiro para a família no país de origem, ou acumular para investir no retorno. Estudar ou ter experiência de trabalho em um país desenvolvido também tende a aumentar as possibilidades de sucesso em um eventual retorno ao país de origem. O número de migrantes que fez esse caminho passou de 40 milhões em 1990 para 74 milhões em 2010, abarcando 35% de todos migrantes.

Há também a expansão da mobilidade de uma elite global, em grande parte entre países desenvolvidos. A globalização é voltada ao movimento de capitais e mercadorias, e não à circulação de

trabalhadores entre Estados nacionais; ainda assim, estudantes e profissionais altamente qualificados ou com elevados recursos financeiros enfrentam menos restrições e têm alta mobilidade. A maior parte desses movimentos é percebida na migração Norte-Norte, entre países desenvolvidos, cujo estoque aumentou de 42 milhões para 53 milhões entre 1990 e 2010. O Norte global abrange 17% da população mundial, mas é origem de 31% dos migrantes internacionais (80% desses vivendo em outro país desenvolvido). Apesar de predominantemente ligado às nações ricas, países de renda média, como China, Índia, México e Brasil, têm setores econômicos e sociais inseridos nessas redes.

As migrações Sul-Sul até recentemente respondiam pela maior parte dos movimentos humanos, mas perderam importância relativa, sendo 40% da população migrante em 1990 e 34% em 2010³. São também as mais difíceis de definir, pois envolvem a maior variedade de determinantes e características. Percebem-se migrações econômicas de países pobres para países de renda média; migrações motivadas por setores e nichos específicos; uma série de migrações circulares e sazonais; uma mobilidade relativamente “horizontal” entre países próximos; migrações motivadas por questões étnicas e

3 NAÇÕES UNIDAS (ONU). Migrants by origin and destination: the role of South-South migration. **Population Facts**, New York, n. 2012/3, June 2012. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/popfacts/popfacts_2012-3_South-South_migration.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

religiosas, instabilidades econômica e política e, mesmo, por conflitos civis e militares; dentre outras.

Um quarto processo de destaque é a expansão do número de refugiados. Os centros urbanos, cada vez mais populosos, tornam-se o foco dos conflitos militares, e o aumento do poder bélico faz crescer a mortalidade e a destruição. Na África e no Oriente Médio, Estados divididos em grupos religiosos e étnicos rivais sediam disputas com objetivo frequente de subjugar, expulsar ou exterminar os adversários, motivando a migração forçada. O Oriente Médio, alvo de disputas geopolíticas e invasões externas nas últimas décadas, é origem de grande parte dos atuais conflitos e, conseqüentemente, dos refugiados. A ONU estimou existirem 16,7 milhões de refugiados internacionais no final de 2013 (7,2% dos migrantes) e 33 milhões de refugiados internos, números maiores hoje, após o agravamento das crises síria e iraquiana. Países em desenvolvimento abrigam 86% dos refugiados, e cerca de 50% vivem em campos da ONU; 40% são crianças, e quase a totalidade tem poucos ou nenhum direito social e político.⁴ A dificuldade de retorno e de concessão de asilo faz com que dois terços dos atuais refugiados estejam, há mais de cinco anos, nessa situação.

Conectada a todos esses movimentos migratórios, há uma transformação



Fotografia: ONU/Flickr

estrutural da organização territorial das sociedades em proporções inéditas: um processo de urbanização iniciado na Europa Ocidental, ainda no século XVIII, e que determina a maior parte dos deslocamentos humanos contemporâneos. Em 2009, uma publicação da UN-Habitat⁵ estimou que, a cada semana, cerca de três milhões de pessoas migram de áreas rurais para urbanas no mundo, a maioria sem sair de seu país. Países desenvolvidos e América Latina já possuem altas taxas de urbanização, mas, na maior parte da Ásia e da África, o processo é relativamente recente e ocorre em alta velocidade. De 1950 a 2013, a população urbana passou de 30% para 54% da população mundial; estima-se que deve chegar a quase 70% em 2050. Um a cada oito habitantes de

4 INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *Global Migration Trends: an overview*. Geneva, 2014. Disponível em: <http://missingmigrants.iom.int/sites/default/files/documents/Global_Migration_Trends_PDF_FinalVH_with%20Referencas.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

5 UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *State of the World's Cities 2008/2009: harmonious cities*. London; Sterling, VA: Earthscan, 2009. Disponível em: <<http://unhabitat.org/books/state-of-the-worlds-cities-20082009-harmonious-cities-2/>>. Acesso em: jan. 2016.

áreas urbanas vive em uma das 28 cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Entre os migrantes internacionais, a concentração em grandes cidades é ainda maior: segundo o relatório da ONU sobre migrações internacionais de 2015, 20% dos migrantes internacionais vivem em uma das 19 metrópoles cuja população ultrapassa um milhão de estrangeiros (nove cidades na América do Norte, três na Europa, três no Oriente Médio, duas no Sudeste Asiático e duas na Austrália).

A natureza dos processos migratórios também vem mudando qualitativamente. Migrações temporárias e circulares aumentam com o avanço nas tecnologias de transporte, ainda que grande parte da humanidade não tenha condições de se apropriar delas. A *internet* e outras tecnologias de comunicação aumentam a capacidade do migrante de se informar sobre o país de destino, assim como permitem manter laços com o local de origem. Avanços nas tecnologias de monitoramento e controle podem dificultar a migração irregular, aumentando o poder

dos Estados em fazer política migratória. O envelhecimento das populações nos países desenvolvidos e de renda média pode ser fator de pressão para aliviar restrições. O aquecimento global, a elevação dos mares, a deterioração de solos e rios, os desastres ambientais e eventos climáticos e sísmicos extremos podem gerar importantes movimentos humanos nas próximas décadas, potencializados pelo aumento do número de habitantes de áreas de risco, resultante da disputa por espaços urbanos escassos.

O desenvolvimento das forças produtivas e o avanço tecnológico devem seguir engendrando aumento na complexidade e no volume dos movimentos populacionais, mas os Estados Nacionais tendem a manter ou expandir sua capacidade de limitá-los conforme seus interesses. Ampliar o diálogo e construir uma política coordenada internacionalmente para lidar com as migrações tornam-se, nesse cenário, ações essenciais para garantir o respeito às liberdades e aos direitos de grande parte da população mundial. **P**



O discurso predominante sobre a guerra civil síria como fator agravante no problema dos refugiados

Bruno M. Jubran



Pesquisador em Relações Internacionais da FEE
bruno.jubran@fee.tche.br

Ricardo F. Leães



Pesquisador em Relações Internacionais da FEE
ricardo.leaes@fee.tche.br

A crise humanitária na Síria é um dos temas de maior destaque na agenda internacional, dado o imenso contingente de sírios que abandonaram seus lares em virtude da guerra civil que assola o País desde 2011. De maneira geral, afirma-se que a crise humanitária foi desencadeada pela repressão de Bashar al-Assad, o qual nunca se mostrou realmente disposto a dialogar com a oposição. Essa perspectiva, embora empiricamente verdadeira, não dá conta da extensão do fenômeno, que se apresenta mais multifacetado do que aparenta ser. Neste texto, procuraremos demonstrar que a construção dessa narrativa reducionista e maniqueísta por parte dos Estados Unidos e seus aliados na Europa e no Oriente Médio não apenas provou ser equivocada, como também contribuiu para deteriorar a situação humanitária ao conferir poder, tácita e concretamente, a organizações fundamentalistas. Ademais, é nosso objetivo evidenciar que os principais países ativos nesse



conflito, que colaboraram para elevar o fluxo de expatriados, mostram-se refratários a acolher os refugiados de guerra.

A guerra civil na Síria é um desdobramento local de um fenômeno mais amplo no contexto regional, a Primavera Árabe, na qual governos autoritários tiveram de responder a manifestações populares nutridas por demandas tão abrangentes quanto complexas. De acordo com a visão mais difundida e propalada tanto pelo Governo norte-americano como em grandes agências de notícias, o Governo sírio, àquela altura, via-se pressionado por sua população, que exigia a democratização do País. Nessa perspectiva, a Síria estaria dividida entre as forças governistas opressoras e a oposição pró-democracia empenhada em armas por uma causa justa.

Nessa visão, era comum distinguir dois grandes grupos rivais no conflito. De um lado, as forças de repressão do ditador Assad, que buscavam reprimir qualquer manifestação contrária ao regime e manter a supremacia de sua família, que está no poder no País desde 1971. De outro, os chamados “lutadores pela liberdade”, capitaneados pelo Exército Sírio Livre (ESL), determinados a derrubar um governo despótico, o que colocava a opinião pública a seu favor. Assim, à medida que Assad intensificava a repressão para conter as pressões internas, prosperavam grupos dispostos a pegar em armas para depô-lo, com a justificativa de instaurar a democracia no País. De fato, logo se apurou que a

“Ao contrário do que poderia parecer, porém, a situação da Síria nunca pôde ser reduzida à dicotomia entre um regime autoritário e seus adversários democratas”

avaliação a respeito de Assad tinha fundamento, pois seu governo não se furtou a recorrer às mais violentas práticas para reprimir a oposição, o que encetou um amplo movimento de deslocamento interno e externo da população síria.

Ao contrário do que poderia parecer, porém, a situação da Síria nunca pôde ser reduzida à dicotomia entre um regime autoritário e seus adversários democratas. Na verdade, o Exército Sírio Livre foi superestimado pelos analistas internacionais, tanto em dimensão quanto em empenho para defender a democracia. Esse movimento logo se mostrou muito menor do que o anunciado e prontamente ficou evidente que controlava esparsas e diminutas regiões. Além disso, viu-se que as organizações fundamentalistas como a Frente al-Nusra e o Estado Islâmico (Daesh) eram, de fato, os principais opositores a Assad, o que fragilizava a tese de que, se o Presidente sírio fosse deposto, instituições democráticas floresceriam de pronto. A despeito dessas questões, os Estados Unidos e seus aliados na Europa e no Oriente Médio — como França,



Reino Unido, Turquia e Arábia Saudita — permaneceram fiéis à ideia de que era preciso destituir Assad para encerrar a guerra civil e iniciar um governo de coalizão.

A irredutível postura dos Estados Unidos mostrou-se determinante para a continuação do conflito na Síria, pois, na prática, deu “luz verde” para a ação da al-Nusra e do Daesh, que avançaram a passos largos. Isso porque, sob a máscara da defesa dos rebeldes moderados, fez-se “vista grossa” para os fundamentalistas que combatiam Assad, na expectativa de que sua vitória fortalecesse o ESL. Entretanto o resultado foi o inverso: o sucesso dos fundamentalistas esvaziou ainda mais as fileiras do ESL. Como muitos desses combatentes que trocaram de lado haviam sido treinados pelos Estados Unidos, o que se observou não foi um avanço dos grupos democráticos, mas o fortalecimento dos fundamentalistas, que ainda passaram a contar com armamentos norte-americanos. Dessa forma, aumentou o pessimismo entre os cidadãos sírios, que deixaram de esperar por um desfecho rápido para a guerra

civil e passaram a fugir não apenas do Governo, mas da al-Nusra e do Daesh.

Vemos, portanto, que os países que tratam a queda de Assad como o objetivo prioritário para a Síria não apenas falharam em promover a democracia, mas robusteceram os movimentos fundamentalistas e intensificaram a pressão para que sírios tivessem de deixar seu país. Provavelmente, a situação teria sido ainda pior se o Conselho de Segurança das Nações Unidas tivesse aprovado a intervenção militar na Síria, conforme desejava o Presidente Barack Obama em 2013. Essa iniciativa teria sido trágica para a população do País, na medida em que a maioria de seus habitantes vive em regiões sob o domínio do Governo Assad. O propósito de Obama, em última instância, era bombardear as áreas mais populosas da Síria, o que provavelmente aumentaria o número de refugiados e contribuiria para a ampliação do território controlado pelo Daesh e pela al-Nusra e para o fortalecimento do apoio popular a esses grupos.

De fato, uma das características centrais da crise síria é o elevado número

de pessoas que abandonaram seus lares, ao redor de 11 milhões de pessoas até dezembro de 2015, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹, o que representa quase a metade da população nacional no início do conflito, em 2011. A grande maioria desse contingente ainda permanecia no território sírio (6,6 milhões), ao passo que o número de refugiados em outros países se situava por volta de 4,3 milhões. Dos refugiados em outros países, quase 90% deslocaram-se para territórios vizinhos da Síria, com destaque para a Turquia (cerca de 2,2 milhões, ou praticamente a metade do total de refugiados no exterior), o Líbano (cerca de 1,2 milhão, configurando um acréscimo de quase 30% à população desse país), Jordânia (630.000), Iraque (250.000) e Egito (130.000). Uma parcela de pouco mais

de 10% dos refugiados sírios no exterior buscou proteção na Europa, com destaque para a Sérvia (275 mil) e a Alemanha (185 mil).

Em relação à Alemanha, vê-se que sua postura no tocante aos refugiados tem sido dúbia e irresoluta. Em agosto de 2015, o Governo alemão anunciou que não mais aplicaria o Acordo de Dublin, segundo o qual os aspirantes a asilo na União Europeia (UE) devem permanecer no país por onde entraram. O acordo, na prática, é um peso para os Estados mais pobres do continente — a principal porta de chegada de refugiados — e possibilita aos países ricos deportar os imigrantes que alcançarem seu território. Contraditoriamente, porém, a Alemanha propôs, no âmbito da UE, um pacote de € 3 bilhões à Turquia, a fim de que contenha o fluxo de refugiados que

Figura 1

Situação humanitária na Síria em dezembro de 2015



FONTES: UNITED NATIONS OFFICE FOR COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. 2015. Disponível em: <<http://www.unocha.org/syria>>. Acesso em: 30 dez 2015.

NOTA: Tradução dos autores.

1 UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. 2015 UNHCR country operations profile - Syrian Arab Republic. 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/49e486a76.html>>. Acesso em: 30 dez. 2015.



entram na Europa. Nas entrelinhas, ventilava-se que uma conduta “favorável” da Turquia poderia acelerar seu processo de ingresso na UE. Para piorar, em novembro, a Alemanha comunicou que voltaria a “lançar mão” do Acordo de Dublin, enterrando as esperanças de que o País liderasse uma política de portas abertas para os refugiados sírios.

Chama a atenção o fato de que, com a importante exceção da Turquia, diversos países com atuação destacada no conflito não estão entre os principais receptores dos refugiados de guerra, com destaque para os Estados Unidos, que abrigaram somente 2.234 refugiados sírios até dezembro de 2015². A França recebeu 8.894 refugiados³, enquanto a Rússia contabilizou em seu território, oficialmente, cerca de 2.000 cidadãos sírios nessa condição⁴. O Irã

tem-se limitado a prestar assistência material, sem registrar incursões significativas de refugiados sírios em seu território. As monarquias do Golfo Pérsico, algumas das quais são apoiadoras fulcrais de diversos grupos rebeldes contrários a Assad, têm-se colocado de forma ainda mais refratária à recepção de refugiados. Líderes da Arábia Saudita, do Catar, do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos limitaram-se a estender o período de residência para cidadãos sírios já estabelecidos nesses países⁵. Esse fenômeno é grave não apenas em decorrência da participação dessas monarquias no conflito, mas porque são os países da região que reúnem as melhores condições financeiras para acolher os refugiados.

Passados quatro anos de guerra civil, o diagnóstico para a Síria e seus refugia-

2 UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. **Myths and Facts: Resettling Syrian Refugees**. 2015. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2015/11/250005.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

3 UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Europe: Syrian Asylum Applications**. 2015. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/asylum.php>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

4 Россия приняла 2 тысячи беженцев из Сирии. **Газета.Ру**. 2015. Disponível em: <http://www.gazeta.ru/social/news/2015/09/04/n_7554383.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2015.

Em português: A Rússia abrigou 2.000 refugiados da Síria. **Gazeta.ru**.

5 MARTINEZ, M. Syrian refugees: which countries welcome them, which ones don't. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/09/09/world/welcome-syrian-refugees-countries/>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

dos permanece adverso, na medida em que a maior parte do território do País continua sob o controle de fundamentalistas, ainda que as regiões mais densamente povoadas permaneçam sob o comando firme de Assad. Além disso, a inexistência de uma alternativa democrática viável ao governo de Assad agudiza os obstáculos à estabilidade na Síria, pois os Estados Unidos e seus aliados — ainda que não apresentem uma solução — insistem na mudança de regime naquele país, sem arcar com os custos envolvidos na recepção e na assistência em relação aos refugiados de guerra. Nessas circunstâncias, depara-

mo-nos com um impasse, visto que o Governo e os fundamentalistas são as forças políticas mais expressivas na Síria, de modo que é difícil combatê-los simultaneamente. De fato, assim como sucedeu no Iraque e na Líbia, a Síria mostra que o confronto com os governos locais não tem fomentado uma solução democrática, mas, sim, gerado um vácuo de poder que é rapidamente preenchido por fundamentalistas. Esse cenário é pernicioso para a população síria, que se vê com poucas possibilidades a não ser engrossar os contingentes de refugiados. **P**



Fotografia: Fabio Penna/Flickr

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

e seus fluxos de contradições

Por Robson Valdez

Em entrevista ao **Panorama**, Deisy Ventura avalia as políticas migratórias de países desenvolvidos e em desenvolvimento e considera cada vez mais tênue a diferença entre migrantes e refugiados. No contexto global, a pesquisadora pondera que as migrações acabam sendo desejadas nas condições que atendam ao mercado de trabalho e não aos direitos dos migrantes. Deisy também critica o papel das potências internacionais na crise dos refugiados sírios e, para o Brasil, aponta a necessidade urgente de legislação adequada e coordenação entre unidades federativas e setores para que as migrações e o refúgio não gerem crises humanitárias ou políticas a cada fluxo pontual.



Deisy Ventura é Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), Professora da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade. É Doutora em Direito Internacional e Mestre em Direito Comunitário e Europeu pela Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, graduada em Direito e Mestre em Integração Latino-americana pela Universidade Federal de Santa Maria. Coordena, no IRI, o projeto de extensão universitária Cosmópolis sobre políticas migratórias (parceria da USP com a Prefeitura Municipal de São Paulo).

Panorama: Qual a sua visão geral sobre o tema das migrações internacionais no atual contexto geopolítico global?

O atual ciclo migratório, que teve início nos anos 80, é um processo lento e contínuo, vinculado ao aprofundamento das desigualdades econômicas entre os países e à mudança das formas de produção trazida pela globalização econômica, além de outros fatores pontuais específicos, principalmente os conflitos armados, a perseguição étnica ou religiosa e as catástrofes naturais.

Mireille Delmas-Marty refere-se à globalização como uma “fábrica de migrantes”, no sentido de que os trabalhadores deslocam-se em busca de emprego e vida digna. No entanto, os países desenvolvidos adotam políticas migratórias cada vez mais restritivas. Já os países em desenvolvimento, em geral, não adotam políticas restritivas de ingresso em seus territórios, mas não encorajam a regularização migratória e o acesso a direitos. Assim, o direito de migrar é o

“Os países em desenvolvimento, em geral, não adotam políticas restritivas de ingresso em seus territórios, mas não encorajam a regularização migratória e o acesso a direitos”

parente pobre dos direitos humanos. A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, de 1990, teve a adesão de cerca de 40 Estados, enquanto a maior parte dos tratados internacionais de direitos humanos é subscrita por bem mais de uma centena de Estados. No Brasil, por exemplo, essa convenção tramita há anos no Congresso Nacional, e a lei vigente ainda é o Estatuto do Estrangeiro, herdado da ditadura militar.

O não reconhecimento do direito de migrar parece ser uma grande contradição do ideário da globaliza-

ção econômica que elenca, entre suas propaladas vantagens, uma inédita liberdade de circulação de pessoas, possibilitada pelo avanço extraordinário do setor de transporte. Contudo, creio que não se trata de uma contradição, mas sim de uma característica: a liberdade de circulação que de fato encontra pleno respaldo na contemporaneidade é a vinculada ao turismo e aos negócios, ou de pessoas com renda suficiente para que o seu livre estabelecimento em outro país não constitua um obstáculo. Assim, para que a globalização funcione, é preciso que esses fluxos dessas pessoas sejam encorajados. Aos Estados é reservada, porém, a prerrogativa de interrompê-los a qualquer momento, por variadas razões (econômicas, de segurança, de saúde pública, etc.).

Quanto ao trabalhador migrante, não é que sua migração seja indesejada; ela pode ser desejada, mas nas condições que atendam ao mercado de trabalho, amiúde precárias, e enquanto tal necessidade existir. Quem é livre, na verdade, é o

mercado, e não as pessoas. A cada vez que se consagram os direitos dos migrantes — tanto o direito de migrar como, uma vez instalados, o “direito a ter direitos” (a expressão é de Hannah Arendt, em seu extraordinário livro sobre as origens do totalitarismo) —, reduz-se a capacidade dos atores do mercado e dos Estados de desfazer-se dos contingentes indesejados. Isso explica que países com políticas migratórias altamente restritivas mantenham um vasto “mercado negro” em que trabalhadores em situação migratória irregular submetem-se a condições de trabalho igualmente irregulares, não raro desumanas ou análogas à escravidão.

Panorama: Ao se discutirem os fluxos migratórios internacionais (Norte-Norte; Norte/Sul e Sul-Sul), fatores socioeconômicos são comumente elencados para explicar tal fenômeno. No entanto, quando se trata de refugiados, o tema é tomado como uma crise humanitária. Você

“Quem é livre, na verdade, é o mercado, e não as pessoas”

acredita que a questão migratória deva ser tratada de forma distinta?

A diferença clássica entre refúgio e migração concerne à vontade da pessoa: no caso do refúgio, ela não poderia ficar, enquanto a migração seria o desejo de partir. Enquanto o direito internacional dos refugiados é bastante consolidado na legislação dos Estados, o direito de migrar, como já afirmei, ainda é imberbe na maioria dos Estados. Todavia, essa diferença entre migrante e refugiado é cada vez mais tênue. Embora os conflitos armados correspondam plenamente à ideia da impossibilidade de ficar num território, o colapso da economia de alguns países, por exemplo,

também pode facilmente levar uma pessoa a crer que, em breve, seus meios de subsistência desaparecerão. Considero que nem as migrações nem o refúgio devem ser abordados sob o prisma humanitário. Obviamente uma assistência deve ser prestada aos refugiados em seu deslocamento e em sua chegada ao país de destino, mas o único enfoque que pode responder de forma eficaz ao vertiginoso aumento dos deslocados forçados é a obtenção da paz nas regiões em conflito e a redução das desigualdades entre Estados. Não se pode atacar os efeitos sem atacar as causas — e, atualmente, bem ao contrário, os países desenvolvidos têm contribuído sobremaneira

“Enquanto o direito internacional dos refugiados é bastante consolidado na legislação dos Estados, o direito de migrar ainda é imberbe na maioria dos Estados”



tanto ao aprofundamento dos conflitos armados em suas zonas de interesse como ao aprofundamento das desigualdades econômicas.

Panorama: Como você avalia o papel das potências internacionais na crise dos refugiados sírios?

As potências internacionais têm desempenhado um papel vergonhoso, em flagrante descumprimento de sua própria legislação sobre refúgio. Infelizmente, a apropriação eleitoral do tema das migrações e do refúgio pela extrema direita tem levado governos de todos os matizes a tratar o atual fluxo de refugiados sírios como um problema a ser combatido por meio de controle de fronteira e legislação mais rígidos. Desafortunadamente, superamos atualmente o número de refugiados da Segunda Guerra Mundial, e as imagens que nos chegam da Europa revelam uma tragédia humanitária a céu aberto e em tempo real. Isso, no entanto, não tem levado as potências a rever suas políticas no Oriente Médio e, em

especial, sua atitude diante da Síria. Os atentados de novembro em Paris contribuíram tanto para estigmatizar refugiados sírios como para que a França se envolvesse ainda mais nos combates em curso.

Panorama: E em relação à crise dos refugiados do Oriente Médio e da África, que intensificou a já complexa questão dos fluxos migratórios internacionais, qual a sua percepção?

Na minha opinião, os números ajudam muito nessa avaliação, embora muitas das estatísticas disponíveis mereçam críticas, sobretudo por sua incompletude. Não obstante, os números disponíveis permitem compreender que a ampla maioria dos refugiados se encontra nos países em desenvolvimento (segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) seriam 86%), grande parte deles instalada em campos de refugiados na Turquia, no Paquistão e no Líbano (onde se encontram 30% do total de refugiados),

“Superamos atualmente o número de refugiados da Segunda Guerra Mundial, e as imagens que nos chegam da Europa revelam uma tragédia humanitária a céu aberto e em tempo real”



Foto: Quim Gil/Flickr

assim como no Irã, na Etiópia, na Jordânia e no Quênia. Em outras palavras, a Europa não é nem de longe a região mais atingida pelo fluxo contemporâneo de refugiados. Estima-se que hoje existam mais de 60 milhões de deslocados forçados, dos quais mais de 20 milhões deslocaram-se para um país diferente daquele em que residiam (ou seja, são refugiados), provenientes principalmente da Síria, do Afeganistão e da Somália. Já no que se refere às migrações, segundo a Organização das Nações Unidas, o percentual de 3,2% da população mundial mantém-se sem grandes alterações desde

1995, o que hoje representa cerca de 250 milhões de pessoas. Caso a legislação internacional sobre refúgio fosse obedecida, o fluxo atual de migrantes sírios não complicaria a questão migratória porque os países de destino seriam obrigados a integrar essas pessoas em suas sociedades, até a cessação dos conflitos armados, eis que o refúgio, em princípio, é um estatuto jurídico transitório.

Panorama: O Brasil tem sido um polo receptor de fluxos migratórios de refugiados sírios e haitianos. Como você avalia os desafios e a postura do Brasil na gestão desse tema?

“A Europa não é nem de longe a região mais atingida pelo fluxo contemporâneo de refugiados”



Fotografia: SyriaFreedom/Flickr

Gostaria, antes de mais nada, de atenuar essa afirmação. Em comparação a outros países, o Brasil tem recebido poucos refugiados sírios. Em julho de 2015, segundo o ACNUR, a Turquia, por exemplo, acolhia 1,8 milhão de refugiados sírios, enquanto 1,1 milhão se encontrava no Líbano. Quanto aos migrantes haitianos, segundo a literatura especializada, existem três grandes polos migratórios: o Caribe, a

América do Norte e a Europa. Preocupa-me a falsa ideia, muitas vezes propalada pelos meios de comunicação, de que o Brasil tem sofrido uma “onda” ou uma “invasão” de migrantes e refugiados. Estima-se que, no atual ciclo migratório, o Brasil tenha um número de emigrantes equivalente ou superior ao número de imigrantes que recebe.

Creio que o Brasil fez muitos progressos na gestão desse tema, mas

“Preocupa-me a falsa ideia, muitas vezes propalada pelos meios de comunicação, de que o Brasil tem sofrido uma 'onda' ou uma 'invasão' de migrantes e refugiados”



ainda tem muito por avançar. Precisamos, com urgência, de uma legislação adequada e de uma coordenação entre unidades federativas e, igualmente, entre setores para que as migrações e o refúgio não gerem crises humanitárias ou políticas a cada fluxo pontual. A chegada dos haitianos no Acre e seu encaminhamento a São Paulo, por exemplo, foram uma verdadeira comédia de erros. A migração é um

fenômeno altamente positivo para os países de acolhida, tanto do ponto de vista cultural como do econômico. Já o refúgio é uma obrigação ética de um Estado de Direito que mereça tal nome. Qualquer um de nós pode tornar-se um migrante ou refugiado, por vontade ou por necessidade. É essa consciência que falta tanto ao Estado como à sociedade brasileiros, não raro incapazes de superar os preconceitos que grassam

em nosso território para ver, nos migrantes negros e refugiados árabes, as feições de nossos antepassados — principalmente africanos, asiáticos e europeus, em sua maioria pobres e desgarrados como os migrantes de hoje —, que simplesmente construíram o Brasil. **P**

Imagem: Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre)

A quase totalidade de pessoas que aparecer no foto, como se vê, são mulheres. Elas procedem da Alemanha, Urugua, Romênia e Itália, seus maridos e irmãos trabalham salido à procura de emprego

Cerca de cem imigrantes europeus aguardam destino no porto local. Chegaram de surpresa, sem que uma providência tivesse sido tomada pelas autoridades competentes. — Uma anormalidade que em nada recomenda o nosso Serviço de Imigração

Percepção sobre a imigração estrangeira no Rio Grande do Sul: três momentos históricos

Álvaro Klafke



Pesquisador em História da FEE
alvaro@fee.tche.br

O tema da imigração estrangeira, por razões que vão de problemas estruturais como o envelhecimento e o baixo índice de crescimento das populações até o deslocamento de refugiados, está muito presente nos debates atuais. No Brasil e no Rio Grande do Sul em particular, a questão oscila do reconhecimento da sua conveniência e necessidade às manifestações de rechaço e, eventualmente, de clara xenofobia. Buscando escapar do imediatismo de certas análises, este artigo objetiva traçar um breve panorama histórico sobre a percepção demonstrada pela imprensa periódica, das vicissitudes da imigração estrangeira no Rio Grande do Sul, em três momentos distintos. No primeiro, no século XIX, salienta-se a visão negativa inicial que se tinha dos imigrantes alemães. No segundo, em meados do século XX, no contexto do pós Segunda Guerra, ressalta-se a “disputa” que o País estaria perdendo por não absorver a mão de obra liberada na Europa. Finalmente, destaca-se algo do momento atual, que envolve pontos como perspectivas demográficas futuras, força de

trabalho específica e questões raciais. Essa trajetória permite perceber o quanto alguns aspectos, hoje indiscutíveis, foram controversos em determinados momentos e que se deve abordar a questão de uma perspectiva mais ampla.

Na então Província do Rio Grande do Sul, em 1831, o **Correio da Liberdade**, jornal de Porto Alegre, solicitava maior controle do poder público na Colônia de São Leopoldo, que já contava com expressivo número de alemães, pois a comunidade estaria sob a liderança de pessoas “cujas linguagens e costumes diferem muito dos nossos e dos quais um grande número é extraído de soldados mercenários acostumados à imoralidade e à rapina das Campanhas, e o resto de sujeitos vindos por convenção de países longínquos, onde é natural que se não escolhessem os mais virtuosos para serem exportados”.¹

Evidenciava-se o cuidado com a contenção de uma população de difícil enquadramento ou assimilação. Oriundas de diversas nações, essas pessoas culturalmente distintas estavam, de certa forma, sob avaliação. O pronome possessivo — língua e costumes distintos dos **nossos** — indica um movimento de pertencimento e, simultaneamente, de homogeneização num momento inicial da formação da identidade nacional.

A preocupação quanto à efetiva integração dos estrangeiros era sentida e

respondida pelos próprios imigrantes. O **Colono Alemão**, folha que tratava dos interesses dos colonos, sustentava que seus destinos estavam “intimamente ligados com os dos Rio-Grandenses, e ainda que a inaptidão dos Governos passados deixasse de reconhecer a utilidade que resultaria à Província em apertar quanto antes os laços desta união natural e saudável, o homem filantropo e verdadeiro amante de seu país não desespera de ver realizar-se a incorporação de um povo industrioso e pacífico no seio da grande Família Brasileira”.²

A despeito das resistências, o tempo passou, e o Brasil tornou-se uma nação recebedora de grandes contingentes de trabalhadores de outros países. Num segundo momento, em meados do século XX, ainda durante a Segunda Guerra, o **Diário de Notícias** de Porto Alegre publicou editorial intitulado **Colonização e imigração**, no qual manifestou preocupação com o processo de urbanização e com os vazios demográficos no Brasil, o que atrairia a cobiça de nações imperialistas.³ Enquanto esse texto salientou mais a mobilidade interna, resultado da nova fase do desenvolvimento nacional, outro editorial do final do mesmo ano, **Problemas de política imigratória**, discorreu sobre a política imigratória a ser estabelecida após a guerra, reconhecendo a importância de contar com a

1 CORREIO DA LIBERDADE. Porto Alegre: [S.n.], n. 23, 2 jun. 1831.

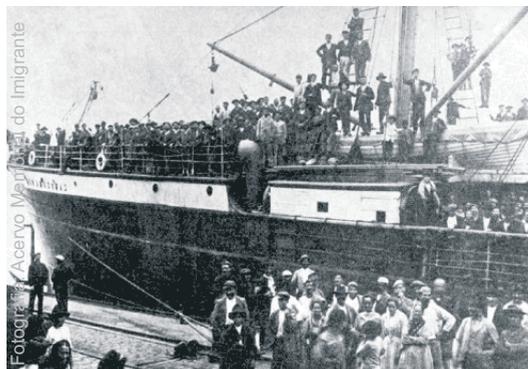
2 O COLONO ALEMÃO. Porto Alegre: [S.n.], n. 1, 3 fev. 1836.

3 COLONIZAÇÃO e imigração. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 27 fev. 1943.

mão de obra estrangeira⁴.

A visão geral, findo o conflito, oscilava entre a continuação dos apelos e o pessimismo quanto aos resultados. No mesmo jornal, um artigo, **Deslocados para o Brasil**, defendeu a agilização da política de imigração referente aos europeus expropriados pela guerra, pois o País estava perdendo, para nações como o Canadá e os Estados Unidos, uma possibilidade única de obter mão de obra relativamente qualificada⁵. Logo em seguida, em reportagem chamada **Convergir para a Argentina toda a imigração italiana**, lamentou a falta de uma política mais efetiva do Governo brasileiro em relação aos imigrantes italianos, que seguiam em massa para a Argentina. O resultado dessa inação seria deixar o Brasil “ameaçado de perder uma valiosa e insubstituível contribuição de sangue”⁶. A queixa era recorrente, e o País, se não quisesse desperdiçar a ocasião, deveria oferecer “condições de trabalho que contenham compensações e garantias capazes de os fazerem apegar-se ao solo”⁷.

O **Correio do Povo**, por sua vez, expressava-se de forma semelhante, embora mais francamente quanto à questão racial. Defendia a conveniência de facilitar a imigração do holandês, “ótimo elemento racial e magnífico trabalhador da terra”, e afirmava, justificando-se, que essa medida não



significaria “postergar o nativo ao se acolher o elemento estrangeiro. É, pelo contrário, contribuir para a melhoria da própria raça e cooperar no aproveitamento da terra para a maior riqueza da nação”⁸. Quase no meio do século, ainda surgia explícito o discurso de aperfeiçoamento da raça, com uma nota de eugenia que seria repetida logo depois. Em texto significativamente intitulado **Oportunidades que se perdem**, lamentou-se o fato de que o País não aproveitava “as excepcionais possibilidades imigratórias, que a guerra e os desajustamentos mundiais” proporcionavam, pois “a importação de elemento humano de primeira ordem” seria altamente vantajosa, “pelos fatores de ordem econômica e étnica que apresenta”⁹.

Embora o aspecto étnico fosse destacado, o fundamento da questão ainda parecia ser de ordem econômica,

4 PROBLEMAS de política imigratória. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 5 dez. 1943.

5 DESLOCADOS para o Brasil. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 8 jan. 1948.

6 CONVERGIRÁ para a Argentina toda a imigração italiana. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 5 fev. 1948.

7 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre: [S.n.], 19 maio 1948.

8 CORREIO DO POVO. Porto Alegre: [S.n.], 5 maio 1948.

9 OPORTUNIDADES que se perdem. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 ago. 1948.



Imagem: captura de tela/El País

em razão do aproveitamento de uma mão de obra já formada. Isso ocorreu em uma reportagem que elogiava o trabalho da Argentina na recepção dos imigrantes. Segundo o autor, além dos agricultores, aportariam no País pessoas de altas qualificações. Terminou questionando: “Enquanto isso, que se faz no Brasil?”¹⁰

Observando a imprensa contemporânea, ao final desse sumário recorrido, é sintomático perceber semelhanças com argumentos de momentos anteriores. A edição brasileira do *El País*, de 08 de junho de 2015, por exemplo, trouxe uma reportagem cujo título é inequívoco: “Atrasado no contexto mundial, Brasil estuda agora como atrair imigrantes”.¹¹ No mesmo sentido, mas agregando os efeitos da crise, um texto da *BBC Brasil*, de 1º de dezembro de 2015, aponta a queda da entrada de imigrantes no País, afirmando que os dados fariam parte de “uma pesquisa mais ampla encomendada pelo Ministério do Trabalho justamente para

desenvolver políticas para atrair mais imigrantes ao Brasil — de olho sobretudo na entrada de mão de obra qualificada para impulsionar a economia”.¹²

Essa visão sobre a imigração no Brasil, que parece repetir épocas passadas, não destoa, de maneira geral, do que se discute no Rio Grande do Sul. A pertinência da recepção da mão de obra estrangeira foi destaque na edição de 22 de junho de 2015 do *Sul21*, em que são traçados elogios à capacidade de trabalho, disciplina e condições de ocupação para os imigrantes. Haveria uma abertura do empresariado para essas pessoas, embora ainda persistissem preconceitos em relação às distinções culturais e religiosas de alguns grupos.¹³ De fato, algumas manifestações de xenofobia, sobretudo contra imigrantes negros, foram registradas pela imprensa do Estado no decorrer do ano de 2015. Além disso, também se apresenta a visão difusa de competição por postos de trabalho, que os estrangei-

10 CORREIO DO POVO. Porto Alegre: [S.n.], 9 jul. 1948.

11 MARTIN, M. Atrasado no contexto mundial, Brasil estuda agora como atrair imigrantes. *El País*, Madrid, 7 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/politica/1432914508_370989.html>. Acesso em: 14 ago. 2015.

12 CARNEIRO, J. D. Cai entrada de imigrantes no Brasil, aponta pesquisa. *BBC Brasil*, [Rio de Janeiro], 1 dez. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_migracao_brasil_jc>. Acesso em: 7 dez. 2015.

13 NEM TODOS entendem que a migração é um Direito. *Sul 21*, Porto Alegre. 22 jun. 2015. Disponível em: <www.sul21.com.br/.../nem-todos-entendem-que-a-migracao-e-um-direito>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ros viriam a ocupar em detrimento dos trabalhadores locais.

Essa rápida mirada busca evidenciar a historicidade das visões sobre o fenômeno, pois aspectos relativos à receptividade popular aos imigrantes dependem das injunções de conjunturas específicas. A imigração, *a posteriori* reconhecida como fator de impulsão do desenvolvimento, eventualmente sofreu resistências para sua efetivação. A “seleção” justificada pelo argumento da melhoria da raça ecoa hoje em algumas manifestações hostis, especialmente contra imigrantes negros. Entretanto, os governos devem tratar do tema de forma mais racional, porque, numa percepção mais realista, também é saliente o repetido argumento da necessidade de facilitar a entrada, a permanência e a adaptação de estrangeiros no País e no Estado, em face dos exemplos de outras nações.

Talvez, na atualidade, quando o envelhecimento da população, particu-

larmente sensível no Rio Grande do Sul, e a carência de profissionais de diversas áreas, especialmente em algumas regiões, tornam a questão mais aguda, o debate possa ser travado em outras bases. Isso passaria, certamente, pelo reconhecimento da contribuição histórica da imigração estrangeira na formação das sociedades brasileira e sul-rio-grandense, e, fundamentalmente, por uma mudança de postura que garantisse melhores condições de recepção com vistas à situação presente e futura. **P**



Os novos trabalhadores imigrantes: o “sonho brasileiro”

Iracema Castelo Branco



Pesquisadora em
Economia da FEE
iracema@fee.tche.br

O processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro, a partir de 2004, com a geração de empregos formais, passou a atrair estrangeiros. O Brasil, que já exportou muitos trabalhadores em busca do “sonho americano”, mais recentemente passou a representar o “sonho brasileiro” para muitos imigrantes, principalmente haitianos. A análise das autorizações de estrangeiros para trabalhar no Brasil revelou esse novo fluxo migratório, que é visivelmente crescente nos últimos anos.

Com base nos dados sobre migração no Brasil, pode-se dividir o fenômeno migratório em dois grupos: o primeiro pode ser chamado de fluxo regular e depende do nível de atividade econômica, que, de certa forma, corresponde à demanda interna por profissionais estrangeiros. De acordo com a Coordenação Geral de Imigração (CGI), órgão que integra o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Brasil concedeu 244.096 autorizações de trabalho a estrangeiros entre 2011 e 2014, sendo 95% temporárias e 5% permanentes. Eles são, na maioria, homens (89,7%), entre 20 e 49 anos (82,8%) e com elevado nível de escolaridade (55% com nível superior e 37% com ensino médio completo). Segundo o país de origem, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar nas autorizações (13,9%), seguidos pelas Filipinas (9,2%) e pelo Reino Unido (1,6%). A maioria dos norte-americanos veio para participar de eventos, e os filipinos e ingleses vieram para trabalhar a bordo

de embarcações. São Paulo (43,9%) e Rio de Janeiro (36,9%) foram os principais destinos. O Rio Grande do Sul teve 2% das autorizações nesse período.

O segundo fluxo migratório representa o “sonho brasileiro”. São pessoas que chegam em busca de uma oportunidade de trabalho no Brasil, sonham em melhorar de vida, assim como os milhares de brasileiros que saíram da condição de pobreza nos últimos anos. Segundo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), foram concedidas 14.981 autorizações para estrangeiros no período de 2011 a 2014. Entre essas, estão autorizações de trabalho, permanência por união familiar e situações especiais. Destaca-se que todas as autorizações da CGIg foram de trabalho e 87% das autorizações do CNIg foram de situações especiais, ou seja, o primeiro grupo viaja ao Brasil devido ao trabalho que exerce, diferentemente do segundo grupo, que chega à procura de trabalho. Em relação ao país de origem, o Haiti deteve 63,4% (9.492) das autorizações do CNIg¹, sendo que todas foram situações especiais. De acordo com o CNIg, ainda restam cerca de 40.000 processos de haitianos para análise.

O fluxo de haitianos para o Brasil iniciou-se após o terremoto de 2010 e intensificou-se depois da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a concessão de

visto permanente por razões humanitárias para nacionais do Haiti. Os imigrantes haitianos são os únicos que possuem esse tipo de resolução no CNIg, amparada no art. 16 da Lei nº 6.815/1980. Cabe destacar que o Brasil é o líder da missão de paz das Nações Unidas no País, a Haiti United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH).

No período de 2010 a 2014, foram registrados 34.887 pedidos de refúgio por haitianos, sendo que 83% foram nos últimos dois anos, o que indica que esse fluxo é recente e ainda pode crescer. A República do Haiti possui 10,3 milhões de habitantes, sendo que 80% vivem na pobreza.² Por outro lado, a reconstrução desse país torna-se ainda mais difícil à medida que são os homens jovens e de maior escolaridade que emigram, deixando pra trás mulheres, crianças e idosos e os cerca de 40% de analfabetos. A principal rota usada por eles para chegar ao Brasil compreende voo de Porto Príncipe a Quito, no Equador, depois segue, via terrestre, passando pelo Peru, até chegar ao Brasil, no Estado do Acre, dirigindo-se, então, para outras regiões em busca de trabalho.

De acordo com a **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, o Haiti possui, desde 2013, o maior contingente de trabalhadores formais no Brasil, tendo ultrapassado Portugal, que, entre 2010 e 2012, esteve na liderança. Os

1 Ata da ordem do dia 10 de junho de 2015, conforme CAVALCANTI, L. (Org.) et al. *Relatório Anual 2015*: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

2 NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **EXCLUSIVO**: cinco anos depois do terremoto que destruiu o Haiti, ONU continua apoiando reconstrução do país. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-cinco-anos-depois-do-terremoto-que-destruiu-o-haiti-onu-continua-apoiando-reconstrucao-do-pais/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

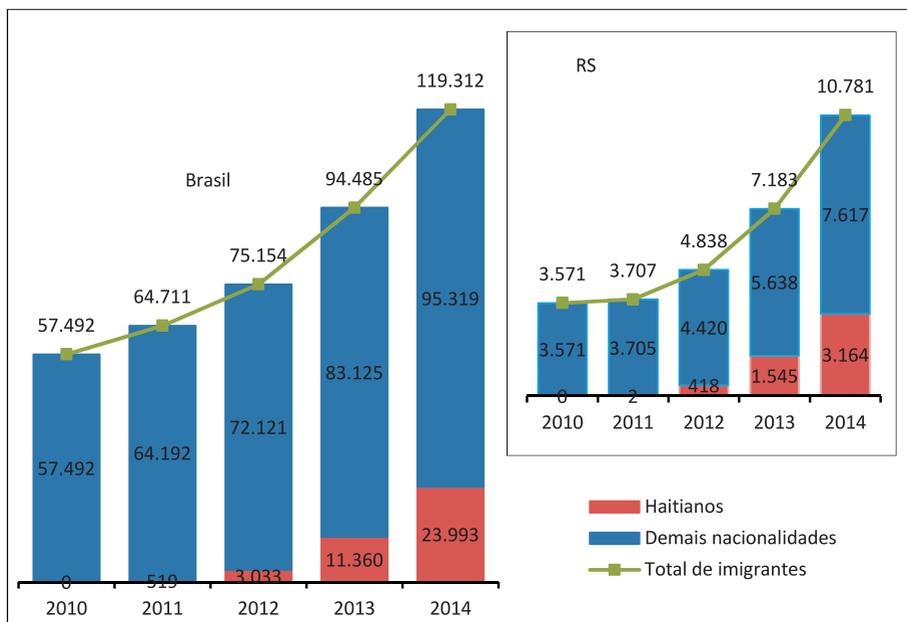
imigrantes com carteira assinada tiveram crescimento de 107,5% entre 2010 e 2014, sendo um total de 119.312 em 2014, composto 73,2% por homens e 26,8% por mulheres. Em relação ao país de origem, os três primeiros colocados eram Haiti, com 20,1% (23.993), Portugal, com 9,0% (10.770), e Argentina, com 6,6% (7.832). A taxa de

crescimento dos haitianos foi de 484,4% em 2012, 274,5% em 2013 e 111,2% em 2014. Destaca-se que os imigrantes haitianos são mais jovens e menos escolarizados do que os demais imigrantes com vínculo formal de trabalho.

Quanto ao tipo de ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)³, o grupo profissionais

Figura 1

Total de imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil e no RS — 2010-14

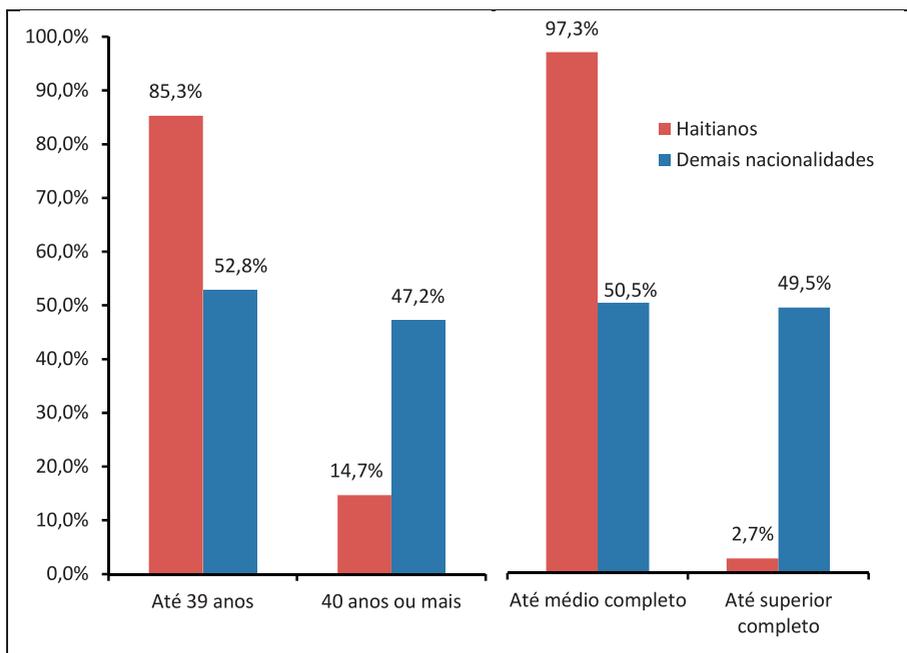


FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em: 14 dez. 2015.

³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2015. Disponível em: <www.mte.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

Figura 2

Imigrantes com vínculo formal de trabalho, por idade e escolaridade, no Brasil — 2014



FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em: 14 dez. 2015.

das ciências e das artes, que empregava 31,2% dos trabalhadores imigrantes em 2010, passou para 18,9% em 2014, e o grupo trabalhadores da produção de bens e serviços industriais aumentou a participação de 12,2% para 31,9% no mesmo período. Isso indica que a entrada massiva de haitianos no mercado de trabalho brasileiro redirecionou o tipo de ocupação dos estrangeiros de áreas que exigem alta capacitação e melhores salários para outras áreas, que não demandam elevado grau de instrução e pagam salários menores.

Esse movimento migratório coincide com um momento favorável do mercado de trabalho brasileiro, que, no período de 2004 a 2014, apresentou queda contínua da taxa de desemprego, aumento da formalização e crescimento do rendimento médio real, principalmente naquelas ocupações que não exigem elevado nível educacional.

Quanto às unidades da Federação, São Paulo está na liderança na quantidade de trabalhadores imigrantes com vínculo formal de emprego, mas a tendência é de um deslocamento desses

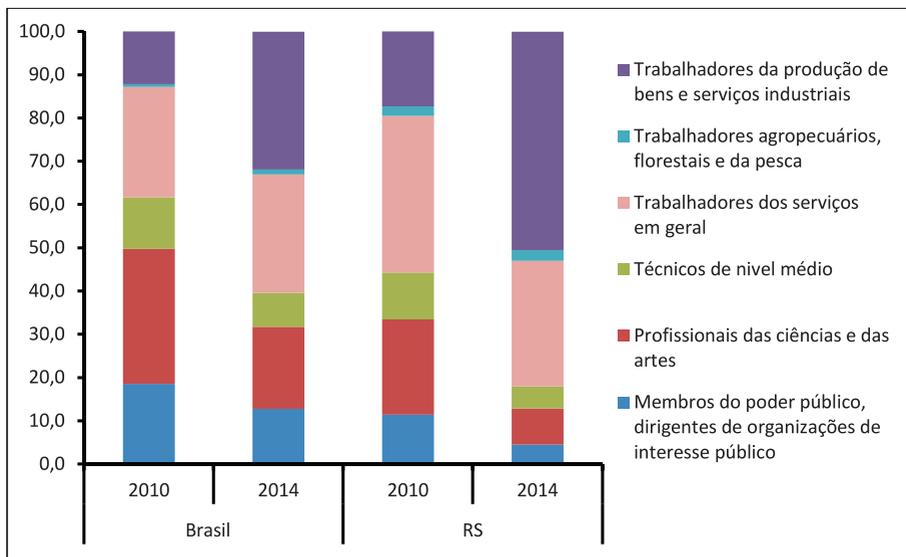
imigrantes para outras regiões. Destaca-se que a Região Sul foi a que mais cresceu entre 2010 e 2014 (289,4%). O Rio Grande do Sul, que empregava 6,2% dos imigrantes em 2010, aumentou a participação para 9,0% em 2014, apresentando crescimento de 201,9% no contingente de imigrantes, menos do que em Santa Catarina (411,1%) e Paraná (287,5%) no mesmo período.

O Rio Grande do Sul, segundo a RAIS, teve aumento contínuo na mão de obra

imigrante com carteira assinada, saindo de 3.571 em 2010 para 10.781 em 2014. As principais nacionalidades, em 2014, eram haitianos, com 29,3% (3.164), uruguaios, com 19,0% (2.049), e argentinos, com 7,9% (851). Esses imigrantes eram homens (73,5%), jovens com até 39 anos de idade (70,1%) e com baixo nível de escolaridade (81,3% até ensino médio completo). Quanto ao grupo ocupacional, está seguindo a tendência do País. O grupo **profissionais**

Figura 3

Trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho, segundo os principais grupos ocupacionais, no Brasil e no RS — 2010 e 2014



FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em: 14 dez. 2015.

NOTA: Trabalhadores dos serviços em geral é o somatório dos grupos: trabalhadores dos serviços administrativos; trabalhadores em serviços de reparação e manutenção; e trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.

das ciências e das artes reduziu a participação de 22,0% em 2010 para 8,4% em 2014, e o grupo **trabalhadores da produção de bens e serviços industriais** aumentou de 17,3% para 50,5% no mesmo período. Entre os haitianos, a concentração neste último grupo era de 78,4% em 2014.

Os dados do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2015)⁴, para o primeiro semestre de 2015, indicam saldo positivo para as contratações gaúchas de imigrantes: foram 1.878 contratados e 424 desligados, tendo sido registradas, em Porto Alegre, 362 admissões e 116 demissões. Isso indica que, apesar da recessão econômica e do aumento da taxa de desemprego⁵, o mercado de trabalho ainda se mostrou favorável para essa população.

É importante destacar que esses dados se referem apenas ao mercado de trabalho formal. Infelizmente, ainda não existem dados para o informal. Contudo tem sido visível o aumento de imigrantes nos centros comerciais da Região, sobretudo como vendedores ambulantes, clássico exemplo de trabalho informal e sem proteção.

Após 10 anos com indicadores favoráveis, o mercado de trabalho no Brasil vem-se deteriorando rapidamente

“Após 10 anos com indicadores favoráveis, o mercado de trabalho no Brasil vem-se deteriorando rapidamente de 2015 até o momento, diante da recessão econômica. Isso torna ainda mais difícil a vida de quem deixou o seu país em busca do ‘sonho brasileiro’ ”

de 2015 até o momento, diante da recessão econômica. Isso torna ainda mais difícil a vida de quem deixou o seu país em busca do “sonho brasileiro” e, ainda, prejudica a integração desses imigrantes ao convívio social. Entretanto é necessário compreender que o Brasil está diante da transição demográfica, e o Rio Grande Sul é um dos estados em estágio mais avançado. Isso significa que, em poucos anos, haverá mais idosos do que jovens na população em idade ativa para o trabalho, e a chegada desses imigrantes, na maioria jovem, pode amenizar esse fenômeno demográfico. Para isso, faz-se necessária uma política de integração desses estrangeiros à sociedade brasileira, aproveitando seus conhecimentos e suas capacitações para o desenvolvimento do Brasil, além de o País voltar a crescer e a gerar empregos. **P**

4 Cavalcanti, L. (Org.) et al. **Relatório Anual 2015: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

5 De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre aumentou de 5,9% em 2014 para 10,2% em novembro de 2015. Ver DESEMPENHO do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2014. **Informe PED-RMPA**, Porto Alegre, ano 23, número especial, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/20150127informe-ped-rmpa-numero-especial-jan.15.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.